

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em
29 de dezembro de 2011.

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2011, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

2. PRESENÇA: Compareceram, identificaram-se e assinaram o livro de presença todos os acionistas da Four Ex Cia. Securitizadora de Créditos.

3. MESA: Presidente: Sideni Moratelli; Secretário: Ricardo Artur Spezia.

4. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

5. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:

5.1. Aprovar a eleição dos novos membros do Conselho de Administração, face a renúncia dos Srs. Sideni Moratelli – Presidente do Conselho e Alexandre Silveira – Conselheiro. Fica, eleito e empossado no cargo de Presidente do Conselho o sr. Juliano dos Santos Machado, brasileiro, casado, contador – CRC/PR 051229/P-2, portador da cédula de identidade RG nº 3C/3.252.444-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 902.718.239-68, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, a rua Eduardo Kirylla, 175, bairro Alto Boqueirão, CEP 81770-150, e como membros do Conselho sem designação específica os Srs. Ricardo Artur Spezia, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 3.577.378 SSP/SC e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 005.059.979-83, domiciliado na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000, e o Sr. Eduard Claus Morsch, brasileiro, solteiro, nascido em 26/06/1982, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.705.918-1 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 035.963.829-55, domiciliado na cidade de Curitiba, estado do Paraná, à Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000, todos com mandato até 15 de novembro de 2013. Os Conselheiros declararam expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, os Conselheiros ora eleitos são investidos em seus cargos.

5.2. Aprovar a reeleição para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. Sideni Moratelli, Sideni Moratelli, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº. 3/R. 2.121.323-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 613.178.379-91, domiciliado na cidade de Curitiba, estado do Paraná, à Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000.

5.3. Aprovar a eleição para o cargo de Diretor Vice Presidente, face a renúncia do Sr. Ricardo Artur Spezia, sendo eleito para cargo de Diretor Vice Presidente a Sra. Solange Pazini, Não Acionista, brasileira, casada, fonoaudióloga, portadora da cédula de identidade RG nº 3.641.656-4 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 708.548.079-34, domiciliada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, à Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000, com mandato até Janeiro de 2014.

5.4. Aprovar a eleição para o cargo de Diretor de Relação com Investidores, em razão de renúncia do Sr. Sideni Moratelli, sendo eleito e empossado o Sr. Juliano dos Santos Machado já qualificado acima no item 5.1.

5.5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser rateada entre os membros da Diretoria e do Conselho de Administração, na forma do Estatuto Social.

5.6. Aprovar a alteração no artigo 14 do estatuto social, excluindo os incisos VI, XIII, XX, uma vez que estes incisos não são de competências atribuídas ao Conselho de Administração, conforme determina a Lei 6.404/76. Ainda neste artigo, fica alterado o inciso XII elidindo a competência para a emissão de bônus de subscrição ou partes beneficiárias e definindo que as emissões de debêntures por parte do Conselho de Administração não serão conversíveis em ação.

5.7. Aprovar a alteração do inciso II, artigo 19, do estatuto social, atualizando a instrução CVM 202/1993 para instrução CVM 480/2009. Fica a nova redação deste inciso, conforme segue:

“Artigo 19º - ...

II – manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas na Instrução CVM nº 480/2009.

5.8. Aprovar a inclusão, no artigo 26 do estatuto social, entre as demonstrações financeiras a serem elaboradas – as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, previstas na Lei 6.404/76. Em razão destas alterações, a nova redação do caput do artigo 26 será:

"Artigo 26 - Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, demonstração da mutação do patrimônio líquido, simultaneamente em moeda corrente nacional."

5.9. Aprovar a alteração no artigo 27 do estatuto social, excluindo o § 1º, face não existir participação estatutária dos administradores; em seu § 2º alínea b, em razão da ambiguidade da expressão "parágrafo anterior" e no § 3º, os quais passam a ser numerados como §§ 1º e 2º, respectivamente, e com a seguinte redação:

"Artigo 27 - ...

§ 1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste artigo, destinar-se-á:

a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social integralizado;

b) Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a alínea "a" deste parágrafo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas.

§ 2º - O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas."

5.10. Aprovar a exclusão do artigo 15 do estatuto social, tendo em vista que a companhia possui Conselho de Administração.

5.11. Aprovar a consolidação do estatuto social, em razão das deliberações acima tomadas, o qual segue como anexo II a esta ata.

5.12. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do § 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76.

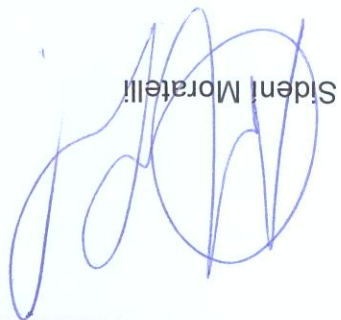
6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos acionistas da Companhia.

Sident Moratelli
Presidente

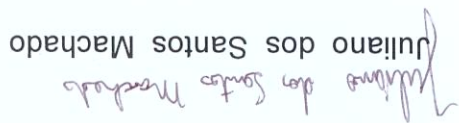
Ricardo Artur Spezia
Secretário

Lista dos Acionistas presentes a Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 29 de dezembro de 2011.

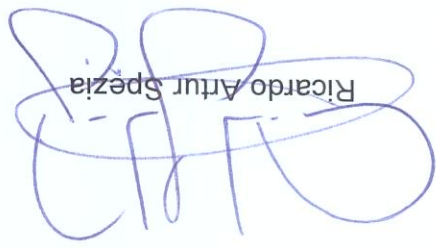
Sident Moratelli



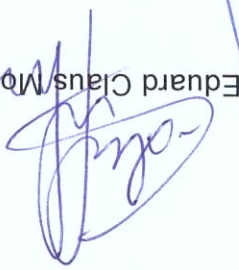
Juliano dos Santos Machado



Ricardo Artur Spézia



Eduard Claus Morsch



FOUR EX Cia. Securitizadora de Créditos

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º FOUR EX Cia. Securitizadora de Créditos é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.257.352/0001-43, com registro na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41.3.0007855-6, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º A companhia terá sede e foro na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000, e pode, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representação, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º A companhia tem por objeto a exploração do negócio de (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e re aquisição dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito.

§ 1º - A sociedade poderá participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

§ 2º - Os atos reservados à competência de profissões legalmente regulamentada serão praticados pelos sócios que preenchem tal condição ou mediante contratação de terceiros detentores de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

Artigo 4º A sociedade iniciará suas atividades a partir do arquivamento de seu estatuto na Junta Comercial do Estado, sendo que o prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CAPITULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º O capital social é de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) divididos em 4.000 (quatro mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

§ Único: A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos Acionistas.

CAPITULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 7º A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, no seu impedimento, por outro membro do Conselho, que a presidirá escolhendo, dentre os presentes, o Secretário.

Artigo 8º A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei.

Artigo 9º A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, mediante o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei.

CAPITULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 10º A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, órgãos que terão as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Conselheiros e Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

§ 1º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados no livro

mantido pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

§ 2º. A Assembleia Geral de acionistas deverá estabelecer a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração pode ser fixada de forma individual para cada administrador ou de forma global, sendo neste caso distribuída conforme deliberação do Conselho de Administração.

SEÇÃO I

Do Conselho de Administração

Artigo 11º O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. A Assembleia Geral nomeará, dentre os Conselheiros eleitos, o Presidente do Conselho de Administração. Os demais conselheiros não terão designação específica.

§ 2º. A Assembleia Geral poderá eleger suplentes para os membros do Conselho de Administração.

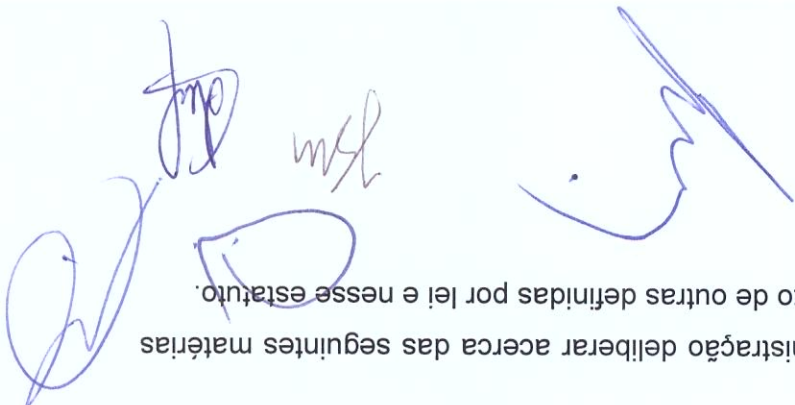
§ 3º. Em caso de vacância do cargo de Conselheiro, caberá ao Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a próxima Assembleia Geral.

Artigo 12º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, nos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento de cada exercício social, e extraordinariamente, sempre que necessário e quando convocado por qualquer um dos membros do Conselho de Administração.

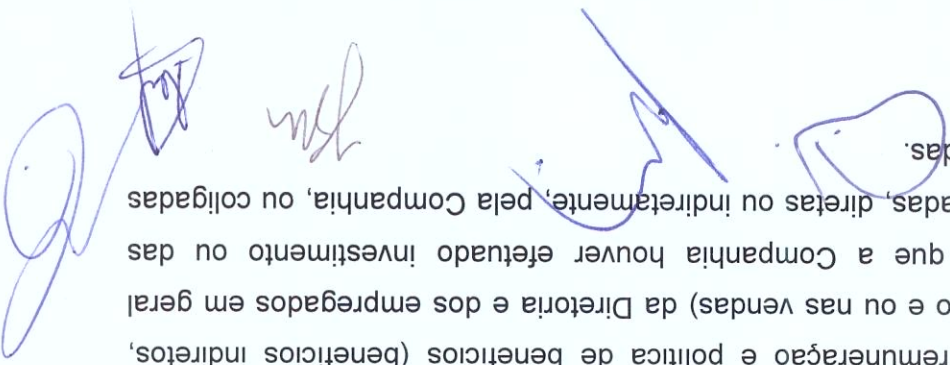
Artigo 13º O Conselho de Administração se instalará, funcionará e deliberará validamente pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros presentes.

§ Único. Em caso de empate, fica a deliberação prejudicada, cabendo à reunião seguinte do Conselho de Administração dirimir o impasse, persistindo o empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

Artigo 14º Compete ao Conselho de Administração deliberar acerca das seguintes matérias relativamente à Companhia, sem prejuízo de outras definidas por lei e nesse estatuto.



- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes políticas e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Companhia e de suas controladas;
- II. aprovar os planos de trabalhos e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas controladas;
- III. eleger e destituir, os Diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições;
- IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- V. fixar a remuneração global anual dos diretores;
- VI. manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, e autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base em resultados apurados em balanço intermediário do exercício em curso;
- VII. fixar o voto a ser dado pelo representante da companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe como acionistas e aprovar previamente as alterações do contrato social das sociedades em que a Companhia participa como quotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia;
- VIII. aquisição e alienação, a qualquer título, de bens imóveis;
- IX. participação da companhia no capital de outras sociedades;
- X. alienação a qualquer título, transferência ou cessão a qualquer título ou ainda oneração de parte substancial do ativo permanente da Companhia, como tal entendendo-se (i) bens ou direitos que representem mais de 10% do patrimônio líquido; (ii) direitos, licenças, autorizações, permissão ou concessão governamentais de que seja titular a Companhia; (iii) qualquer participação societária contabilizada no ativo permanente ou (iv) bens imóveis, sendo que nos casos (ii) a (iv) supra, independentemente do respectivo valor, e, inclusive quando se tratarem tais alienações, transferências e/ou cessões, de capital das sociedades controladas ou coligadas;
- XI. recompra, amortização e ou resgate de ações, emissão de debêntures não conversíveis em ações, prestação de fiança, aval ou outra garantia a favor de terceiros ou de empresas, direta ou indiretamente coligada, controlada ou associada a esta Companhia.
- XII. critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e ou nas vendas) da Diretoria e dos empregados em geral da sociedade em que a Companhia houver efetuado investimento ou das companhias controladas, diretas ou indiretamente, pela Companhia, ou coligadas ou as suas controladas.



- XIII. participação das sociedades em que a Companhia houver efetuado investimento ou das companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, ou a elas coligadas, em novas atividades e negócios.
- XIV. quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e seus administradores (e os sócios, direta ou indiretamente, dos acionistas da Companhia), suas controladas ou controladoras ou controladas de suas controladoras, qualquer que seja o valor, ou autorização da celebração dos contratos que não atendam a essas condições;
- XV. quaisquer contratos de longo prazo, empréstimos, financiamentos ou emissão de títulos da dívida entre a Companhia e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, ou suas prorrogações.
- XVI. decisões relativas à política de investimentos e/ou à estrutura de capital da Companhia e das sociedades em que a Companhia houver efetuado investimento ou das companhias controladas, direta ou indiretamente pela Companhia, ou coligadas as suas controladas.
- XVII. aprovação dos negócios e deliberações referidas neste artigo pelas controladas da Companhia ou sociedade a elas coligadas.

SEÇÃO II

Da Diretoria

Artigo 15º A Diretoria será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Vice Presidente e um Diretor de Relação com Investidores , acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 (dois) anos, permitido a reeleição, podendo qualquer um deles, quando da eleição, acumular a função de Diretor de Relação com Investidores.

§ 1º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração, eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos.

§ 2º - Compete a Diretoria exercer as atribuições que a Lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

§ 3º - Os mandatos serão sempre assinados pelo Diretor Presidente e outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente a 2 (dois) anos.

§ 4º - A Diretoria poderá, ainda, designar um dos seus membros para representar a Companhia em atos e operações no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico, devendo a ata que contiver a resolução de Diretoria ser arquivada na Junta Comercial, se necessário.

§ 5º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, sendo que a convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião.

§ 6º - A reunião instalar-se-á com a presença dos Diretores, que representem a maioria dos membros da Diretoria, e as atas das reuniões com as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

Artigo 16º Compete especificamente ao Diretor Presidente:

- I - submeter à aprovação da Assembleia Geral os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- II - coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões;
- III - formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral;
- IV - coordenar as atividades das áreas financeiras, tesouraria, controladoria, sistemas de informática e jurídica da sociedade;
- V - exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia;
- VI - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral.

Artigo 17º Compete especificamente ao Diretor Vice Presidente:

- I - substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II - apoiar o Diretor Presidente no relacionamento com órgãos governamentais;
- IV - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral.

Artigo 18º Ao Diretor Presidente e de Relações com Investidores compete representar a Companhia perante a CVM e as instituições participantes do mercado financeiro e de capitais, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e administrar a política de relacionamento com investidores, incluindo as seguintes atribuições:

- I - prestar informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação; e

- II - manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas na Instrução CVM nº 480/2009.

Artigo 19º A Diretoria está autorizada a emitir e contratar a distribuição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs, desde que o valor de cada série não seja superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e desde que a emissão seja realizada no âmbito de operação de securitização nos termos do objeto social da Companhia. Nesses casos, fica a Diretoria autorizada a tomar todas as medidas necessárias a implementação da

emissão e da contratação da distribuição, podendo, inclusive, negociar e estabelecer os seus termos e condições.

Artigo 20º Todos e quaisquer atos, sem exceção, que implicaram responsabilidade ou gerarem obrigações para a Companhia ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos com a assinatura individual do Diretor Presidente ou Diretor Vice Presidente.

CAPITULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 21º A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, não tendo caráter permanente, o qual só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei.

Artigo 22º O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros ser reeleitos.

Artigo 23º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPITULO VI EXERCICIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO

Artigo 24º O exercício social terá a duração de um ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

Artigo 25º Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, demonstração da mutação do patrimônio líquido, simultaneamente em moeda corrente nacional.

§ 1º - A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados.

§ 2º - A qualquer tempo, a Diretoria também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral.

Artigo 26º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§ 1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do *caput* deste artigo, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal.

§ 2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social integralizado;

b) Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas.

§ 3º - O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

CAPITULO VII

DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 27º A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

§ Único – A Diretoria nomeará o liquidante, e as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 28º A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos lançados contra os mesmos acordos.

Artigo 29º Os casos omissos e as hipóteses não previstas no Estatuto regem-se pelas disposições legais vigentes.

Curitiba-PR, 29 de dezembro de 2011.

Acionistas:

Sideni Moratelli

Juliano dos Santos Machado

Ricardo Artur Spezia

Eduard Claus Morsch

Advogado:

Luis Carlos Vassella
OAB/PR 26.639

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Motta ..

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/02/2012
SOB NÚMERO: 20120528673

Protocolo: 12/052867-3, DE 31/01/2012

Empresa: 41 3 0007855 6
FOUR EX CIA. SECURITIZADORA DE
CRÉDITOS

INSTRUMENTO

TERMO DE POSSE

Sident Moratelli, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº. 3/R. 2.121.323-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 613.178.379-91, domiciliado na cidade de Curitiba, estado do Paraná, a Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000; eleito Presidente do Conselho de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2011, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2013, **DECLARA** (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iiii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Curitiba, 10 de janeiro de 2011.

Sident Moratelli

Presidente do Conselho de Administração

TERMO DE POSSE

Eduard Claus Morsch, brasileiro, solteiro, nascido em 26/06/1982, contador, inscrito no CPF/MF sob nº 035.963.829-55, domiciliado na cidade de Curitiba, estado do Paraná, à Avenida Sete de Setembro, 4866 cj. 24, bairro Batel, CEP 80240-000, eleito Conselho de Administração, sem designação específica, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2011, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2013, **DECLARA** (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iiii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Curitiba, 10 de janeiro de 2011.

Eduard Claus Morsch
Conselheiro de Administração

TERMO DE POSSE

Alexandre Silveira, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5.536.052-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 581.368.431-04, domiciliado na cidade de Curitiba, estado do Paraná à Rua Marechal Deodoro, 869, conjunto 101, Bairro Centro, CEP: 80.060-010, eleito Conselheiro de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2011, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2013, **DECLARA** (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Curitiba, 10 de janeiro de 2011.

Alexandre Silveira
Conselheiro de Administração